

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

ORDEN E PROGRESSO

ANO LXVIII — 71.º DA REPÚBLICA — NUM. 19.301 BELEM — SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1960

## MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ

### CONSELHO ADMINISTRATIVO DO MONTEPIO

Ata da 246a. Sessão Extraordinária do Conselho Administrativo do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará, realizada no dia 9 de Fevereiro de 1960.

Waldemar Guimarães  
Pedro da Silva Santos  
Célio Danin Marques  
Edgar Batista de Miranda  
Hermenegildo Pena de Carvalho.

Aos nove dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e sessenta, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, no prédio onde se acha instalada a sede do Montepio dos Funcionários Públicos, às quinze horas, presentes os senhores Conselheiros Waldemar de Oliveira Guimarães, Pedro da Silva Santos, Edgar Batista de Miranda e Célio Danin Marques, com a presença também do Advogado do Montepio Péricles Guédés de Oliveira, comigo Alvaro Ribeiro, Secretário, reuniu-se o Conselho Administrativo para tratar assunto de interesse da Autarquia. Assumindo a Presidência o Conselheiro Waldemar de Oliveira Guimarães, ao declarar aberta a sessão, com a palavra, disse da finalidade da presente reunião, que era a de assumir a a Presidência desta Autarquia, em face da sua investidura no cargo de Secretário, em comissão, da Secretaria de Estado de Finanças para o qual foi nomeado recentemente. Disse mais o senhor Presidente, que a frente dos destinos desta entidade será executor das normas do Governo do General Moura Carvalho, e que esperava contar com a colaboração honrosa, leal e dedicada de todos aqueles que emprestam suas atividades nesta Autarquia, porque assim fazendo estarão pugando pelos interesses e progresso do Montepio e zelando pelo bom nome da Administração Pública do Estado, acrescentando, que será nesta casa apenas um amigo de todos. Com a palavra, o Conselheiro Pedro da Silva Santos, saudou o novo Presidente e assegurou colaboração honesta e sincera à nova administração. Em seguida passou-se à ordem do dia, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. Do expediente apresentado em banca e examinado pelo senhor Presidente, constou o seguinte: — Petição de Nahirza Rodrigues de Almeida, solicitando justificativa de faltas por motivo de enfermidade, de

## SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS

acôrdo com atestado médico apresentado; Despacho: ao Conselheiro Edgar Batista de Miranda, para o seu voto e parecer; processo número 062 e 063, referentes a pedido de Auxílio-Natalidade em que são requerentes Amadeu Coelho Trindade e Manoel José Pereira, receberam estes despachos: Retorne-se à Divisão de Benefícios, para proceder, nos termos dos pareceres dos Conselheiros Pedro da Silva Santos e Edgar Batista de Miranda. Em seguida o senhor Presidente submeteu à consideração do Conselho o voto do Conselheiro Pedro da Silva Santos, proferido no processo em que é requerente a senhora Maria Lameira Bitencourt de Magalhães, viúva do Doutor Joaquim Pimenta de Magalhães, cujo voto está assim redigido: — "Com a petição, objeto deste processo, a senhora Maria Lameira Bitencourt de Magalhães, viúva do Doutor Joaquim Pimenta de Magalhães, requer a inscrição de seu extinto esposo como associado contribuinte deste Montepio a partir da vigência da Lei n. 755, de 31 de Dezembro de 1953, até a data de seu falecimento, ocorrido no dia 3 de junho de 1959. Para isso obriga-se a requerente a recolher aos cofres desta Autarquia todas as contribuições devidas nesse período de modo que lhe seja assegurado o direito à percepção da pensão que lhe cabe de acôrdo com a Lei em vigor. Fundamenta a petição a sua pretensão no artigo 20. da Lei n. 755, de 31 de Dezembro de 1953, embora a Lei Vigente do Montepio tenha o número 1.417, de 25 de novembro de 1956, cujo artigo 20., citado pela petição, tem redação idêntica, com ligeira modificação na parte referente à cabos e soldados da Polícia Militar. Entretanto a obrigatoriedade, a que se refere o artigo 20. citado, não pôde ser interpretado no sentido rígido porisso que ao servidor vindo de outro serviço Público, como o Municipal, por exemplo, ou vice-versa, é facultado recolher as suas contribuições à instituições previdenciária para a qual descontava anteriormente. Tanto que o parágrafo único do mesmo artigo 20. estabelece: — "É facultado ao servidor, quando definitivamente afastado do cargo ou função depois de haver integralizado doze contribuições, conservar a condição de contribuinte desde que manifeste expressamente e por escrito esse propó-

sito à Administração do Montepio, dentro de três meses da data do afastamento". Tendo pertencido ao Serviço Municipal, no qual ingressou a 2 de outubro de 1912, até 5 de Novembro de 1930, o doutor Joaquim Pimenta de Magalhães, ao passar para o serviço Público Estadual por força de ato do Governo Revolucionário que extinguiu o Serviço Municipal de Saúde, preferiu continuar a descontar para o Montepio dos Funcionários Municipais, do qual já era contribuinte há dezoito anos e isso a requerente ressalta na petição inicial, quando afirma que, "apesar de investido no serviço Público Estadual nunca o doutor Joaquim Pimenta de Magalhães foi inscrito no Montepio dos Funcionários Públicos do Estado, tendo continuado a contribuir para o Montepio dos Funcionários Municipais". Ora, se os servidores postos à disposição de qualquer entidade, bem assim os licenciados sem vencimentos que deixarem de recolher as contribuições devidas por mais de seis meses, contados do último recolhimento, perderão direito às vantagens desta Lei e, ao retornarem ao cargo, ou função, terão de constituir novo Montepio e somente farão jus àquelas vantagens após o decurso de novo prazo de carencia (artigo 30. da Lei n. 1.417, de 25 de Novembro de 1956), como se poderia criar direito a um servidor que nunca contribuiu para este Montepio? O precedente seria perigoso de vez que atentaria contra o patrimônio desta insti-

tução previdenciária. E sendo o patrimônio do Montepio de sua exclusiva propriedade, em caso algum terá aplicação diversa da estabelecida na Lei, sendo nulos de pleno direito os atos em contrário sujeitos os seus autores a responsabilidade civil e criminal em que venham a incorrer, artigo dezoito da Lei n. 1.417 de 25 de novembro de 1956, isto porque, se aceitasse este Conselho Administrativo o recolhimento das contribuições do extinto servidor Doutor Joaquim Pimenta de Magalhães, a partir da vigência da Lei 755, de 31/12/53, até a data de sua morte que ocorreu a 3 de junho de 1959, de modo que ficasse assegurado a viúva o direito a percepção dos benefícios de família constantes da legislação em vigor, criaria encargo aos cofres desta Autarquia de real vulto, desfaleando o seu patrimônio. Isto posto, não vejo como se poderia atender a um pedido que, embora nos mereça toda a consideração por formulado por pessoa de alto conceito social não encontra amparo em Lei. Este voto foi aprovado por unanimidade. E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão mantendo o senhor Presidente que fosse lavrada a presente ata para ser lida e submetida à consideração do Conselho na próxima reunião. Fu. Alvaro Moacyr Ribeiro, Secretário o escrevi e assino com o senhor Presidente. a) Waldemar de Oliveira Guimarães, Presidente. a) Alvaro Moacyr Ribeiro, Secretário.

Confere com o Original.  
Em. 11 de Abril de 1960.  
Alvaro Moacyr Ribeiro  
Secretário do M.F.P.E.

## GOVERNO FEDERAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Térmo aditivo ao acôrdo firmado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e o Governo do Estado de Mato Grosso, para aplicação da verba de Cr\$ 15.000.000,00 — Dotação de 1958, destinada à ampliação dos serviços de abastecimento de água de Cuiabá a cargo do referido Governo.

No Gabinete da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, presentes o Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, doutor Waldir Bouhid e o procurador do Governo do Estado de Mato Grosso, Senhor Eliezer de França Ramos Filho, firmaram o presente termo aditivo ao acôrdo celebrado entre as mes-



**GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ****GOVERNADOR DO ESTADO****Gen. de Brigada LUIZ GEOLAS DE MOURA CARVALHO****SECRETARIO DE ESTADO DO GOVERNO**  
**Sr. BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO****SECRETARIO DO INTERIOR E JUSTIÇA**  
**Dr. PEDRO AUGUSTO DE MOURA PALEIA****SECRETARIO DE FINANÇAS**  
**WALDEMAR DE OLIVEIRA GUIMARAES****SECRETARIO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**Dr. HENRY CHECRALLA KAYATE****SECRETARIO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO**  
**Dr. JARBAS DE CASTRO PEREIRA****SECRETARIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**Dr. WALDEMIR ALVES SANTANA****SECRETARIO DE PRODUÇÃO****Sr. AMÉRICO SILVA****SECRETARIO DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
**Dr. ARNALDO MORAIS FILHO****IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ**  
**RUA DO UNA, 32 — TELEFONE: 6262****Sr. MANOEL GOMES DE ARAÚJO FILHO**  
**Diretor****Materia paga será recebida: — Das 8 às 12,30 horas úteis, em dias úteis, exceto aos sábados.****ASSINATURAS**  
**CAPITAL:**

Anual .....	Cr\$ 800,00
Semestral .....	" 500,00
Número avulso .....	" 2,00
Número atrasado .....	" 3,00

**ESTADOS E MUNICÍPIOS:**

Anual .....	Cr\$ 1.000,00
Semestral .....	" 600,00

**O custo do exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 3,00 ao ano.****PUBLICIDADE:**

**1 Página de contabilidade, 1 vez — Cr\$ 1.200,00**  
**1 página comum, uma vez — " 900,00**  
**Publicidade por mais de 2 vezes até 3 vezes (inclusive), 10% de abatimento.**  
**De 5 vezes em diante, 30% idem.**  
**Cada centímetro por coluna — Cr\$ 10,00.**

**EXEDIENTE****As Repartições Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais até às 14,00 horas, exceto aos sábados.****As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas, por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 14,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.****Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas por quem de direito, as rasuras e emendas.****A matéria paga será recebida das 8 às 12,00 horas nestas I. O., e no posto coletor à Rua 13 de Maio, das 8,00 às 11 horas, exceto aos sábados.****Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.****As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso. Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço, vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.****A fim de evitar solução de continuidade do recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.****As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e às iniciativas em qualquer época, pelos órgãos competentes.****A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolacimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.****Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se farão a pedido dos assinantes que os solicitarem.**

mas partes, em 21 de dezembro de 1958 (aplicação de .... Cr\$ 15.000.000,00 destinados à ampliação dos serviços de abastecimento de água de Cuiabá) já aditado em 17 de novembro de 1959, para o fim especial de ajustar como ajustado têm:

**PRIMEIRO:** — Ratificar, em todos os seus termos o já mencionado aditivo, de 17 de novembro de 1959;**SEGUNDO:** — Prorrogar a vigência do termo aditivo, previsto em sua Cláusula Primeira (1a.), para até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta (1960).

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, que também ratificaram, nesta ato, tôdas as cláusulas, condições e encargos do instrumento aditado, do qual passará este a fazer parte integrante, a partir da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União, eu, Luiz Paulo Soares de Vasconcellos Chaves, Assessor de Administração dada Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, lavrei o presente termo aditivo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 8 de abril de 1960.

**WALDIR BOUHID****ELIEZER DE FRANÇA RAMOS FILHO****LUIZ PAULO SOARES DE VASCONCELLOS CHAVES****Testemunhas:****Clara de Alencar****Leonel Monteiro**

**Termo de acôrdo entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Comissão de Energia do Estado do Pará, por aplicação da verba de Cr\$ 5.000.000,00, dotação de 1960, destinada aos Estudos e Levantamentos necessários ao aproveitamento de Potências Hidroelétricas e Sistematização dos serviços elétricos do Estado, a cargo da referida Comissão.**

Entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Comissão de Energia do Estado do Pará, daqui por diante denominadas, respectivamente, SPVEA e COMISSÃO, representada a primeira pelo seu Superintendente, Doutor Waldir Bouhid, e o segundo pelo seu Diretor Presidente, Doutor Firmo Ribeiro Dutra, identificado neste ato como o próprio, foi firmado o presente acôrdo, nos termos do artigo dezesseis (16), da lei número mil oitocentos e seis (1.806), de seis (6) de janeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953), o qual se regerá pelas disposições desta lei, pelas do Regulamento aprovado pelo Decreto número trinta e cinco mil cento e quarenta e dois (34.132), de nove (9) de outubro do mesmo ano, pelas do Decreto número trinta e cinco mil cent e quarenta e dois (35.142), de quatro de março de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954), pelas da Portaria número mil seiscientos e quarenta e dois (1.642), de dezessete (17) de junho de mil novecentos e cinquenta e oito (1958), da SPVEA, e, especialmente, pelas cláusulas seguintes:

**CLAUSULA PRIMEIRA:** — O presente acôrdo vigorará da data de seu registro pelo Tribunal de Contas da União até o dia trinta e um (31) de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta (1960) (art. 9o., § 2o., da lei n. 1.806, de 6 de janeiro de 1953). A recusa do registro pelo Tribunal de Contas não dará cabimento a qualquer reclamação ou indenização.

**CLAUSULA SEGUNDA:** — Pelo presente acôrdo a COMISSÃO obriga-se a empregar os recursos que lhe serão facultados pela SPVEA, classificados na cláusula seguinte, obedecendo ao plano de aplicação que, devidamente rubricado pelos representantes das entidades acordantes a este acompanha dêle fazendo parte integrante como seu único



anexo.

**CLAUSULA TERCEIRA:** — Para execução dos serviços previstos no presente acôrdo, a SPVEA entregará à COMISSÃO a quantia de cinco milhões de cruzeiros ..... (Cr\$ 5.000.000,00), valor da dotação constante do Orçamento da União para o exercício corrente — Anexo 4 — Poder Executivo; Sub-Anexo 09 — SPVEA; Despesas de Capital: Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social; Consignações: 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais; 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (art. 199, da Constituição Federal); Discriminação da Despesa: 3.0.0.0 — Desenvolvimento Econômico e Social; 3.3.0.0 — Energia; ... 3.3.1.0. — Estudos e Projetos: 14 — Pará; 1 — Estudos e levantamentos necessários ao aproveitamento de potências hidroelétricas e sistematização dos serviços elétricos do Estado a cargo da Comissão Estadual de Energia Elétrica — Cr\$ 5.000.000,00. A quantia correspondente foi deduzida do crédito distribuído ao Tesouro Nacional.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** — O pagamento a que se refere esta cláusula de acôrdo com a prioridade da verba será feito em parcelas e segundo as disponibilidades em dinheiro da SPVEA subordinando-se, contudo, o pagamento da primeira parcela à aprovação por esta das contas relativas às dotações recebidas pela segunda contratante, no exercício anterior.

**CLAUSULA QUARTA:** — A COMISSÃO prestará contas à SPVEA das importâncias recebidas em cumprimento do presente acôrdo, obedecendo às normas adotadas por esta. O pagamento de uma parcela poderá ser feito sem a prestação de contas da anterior, mas não sem a da que a esta tenha precedido, e, qualquer maneira, a prestação de contas da última parcela deverá ser feita até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte.

**CLAUSULA QUINTA:** — A COMISSÃO apresentará à SPVEA relatórios trimestrais dos trabalhos realizados e em andamento, obrigando-se, ainda, a prestar quaisquer informações que, pela mesma, lhe sejam solicitadas, submetendo-se, igualmente, à sua fiscalização técnica e contábil.

**CLAUSULA SEXTA:** — A SPVEA se reserva o direito de sustar, a qualquer tempo, o pagamento da importância convencionada se verificar que a aplicação da mesma não está se fazendo segundo o plano aprovado, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração.

**CLAUSULA SÉTIMA:** — A aquisição de material e a prestação de serviços por particulares, para a execução do presente acôrdo, deverão ser feitas mediante concorrência pública, quando seu valor fôr igual ou superior a ..... Cr\$ 500.000,00, ou mediante concorrência administrativa, quando seu valor fôr igual ou superior a Cr\$ 100.000,00). Por exceção, quando se verificar algumas das hipóteses previstas no artigo 246, do Decreto n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922 (Código de Contabilidade Pública), poderá a SPVEA dispensar a concorrência, nos termos do artigo 47, inciso XLI, do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 34.132, de 8 de outubro de 1953, promovendo-se, então, a competente coleta de preços.

**CLAUSULA OITAVA:** — Poderá este acôrdo ser ampliado, alterado, renovado ou modificado, a qualquer tempo, quando fôr de interesse das partes acordantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de termos aditivos ao presente, e estes submetidos à apreciação do Tribunal de Contas da União.

E, por assim estarem de acôrdo as entidades interessadas, eu, Luiz Paulo Soares de Vasconcellos Chaves, Assessor de Administração da SPVEA, lavrei o presente termo, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelos representantes das entidades acordantes, e por mim, com as testemunhas abaixo, para todos os fins de direito.

Belém, 11 de abril de 1960.

WALDIR BOUHID

FIRMO RIBEIRO DUTRA

LUIZ PAULO SOARES DE VASCONCELLOS CHAVES

Testemunhas:

Clara de Alencar

Leonel Monteiro

#### ESTADO DO PARÁ

**Plano de aplicação da verba de Cr\$ 5.000.000,00, dotação de 1960, destinada aos Estudos e Levantamentos necessários ao aproveitamento de Potências Hidroelétricas e sistematização dos serviços elétricos do Estado a cargo da Comissão Estadual de Energia Elétrica.**

DISCRIMINAÇÃO	U	Q	PREÇO	
			Unitário	Total
I — Levantamentos, estudos e projetos do sistema de energia elétrica a ser instalado nas sedes dos Municípios de Santarém e Bragança, conforme Concorrência Pública n. 1/59, efetuada pela Comissão Estadual de Energia .....			Cr\$	5.000.000,00
<b>T O T A L</b> .....				5.000.000,00

#### GOV. DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

De ordem do senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, fica notificada pelo presente edital a senhora Francisca Melo da Silva, ocupante do cargo de Professor de 2a. entrância, Padrão B, do Quadro Único, com exercício na escola do lugar Cupuassú, município de João Coelho, para o prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação deste, assumir as funções de seu cargo, do qual se acha afastada sem motivo, sob pena de não o fazendo nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser

proposta sua demissão, nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749 de 24 de Dezembro de 1953 (Estaduto).

E para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão oficial do estado, durante o prazo de trinta (30) dias, como estabelece o art. 205 da Lei citada. Eu, Laura Batista de Lima, Diretor de Expediente, o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 8 de Abril de 1960.

Laura Batista de Lima  
Diretor de Expediente.

(G — Dias 13, 14, 17, 19, 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30/4, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19/5/60).

POLÍCIA MILITAR  
COMANDO GERAL  
Concorrência Pública

De ordem do sr. Coronel Comandante Geral desta Polícia Militar, fica aberto edital de concorrência pública, para fornecimento de calçados a esta Corporação, durante o exercício vigente.

Referidos calçados (coturnos e sapatos), em cor marrom, deverão ser da qualidade "Vulcabrás" ou "Neolite", tipo sistema Goodyer. Os interessados deverão endereçar ao Comando Geral, à Avenida Coronel Fontoura, propostas lacradas, acompanhadas de amostras e preços, até o dia quinze (15) do mês corrente, as quais serão abertas em presença dos representantes das firmas remittentes, por uma comissão competente para tal fim, às 10,00 horas do dia dezoito (18) do mês em curso.

Quartel do Comando Geral em Belém, 7 de abril de 1960.  
Ten. Cel. Rui Tavares Ferreira,  
Chefe da 4.ª Seção.  
(G. — 12, 13 e 14/4/60)



# SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

**EDITAL**

De ordem do senhor Secretário de Estado de Educação e Cultura, notifico, pelo presente edital, a senhora Maria Dalva Freitas Lima, ocupante do cargo de Professor, servindo no grupo escolar "Paula Pinheiro" da cidade de Bragança, para no prazo de trinta (30) dias, a contar da publicação deste, assumir as funções de seu cargo, sob pena de não o fazendo nem apresentando justificativa de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do art. 205, combinado com o art. 186, item II, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953 (Estatuto).

E, para que não se alegue ignorância, lavrei o presente edital para ser publicado no órgão oficial do Estado, durante o prazo de trinta (30) dias, como estatui o art. 205 da Lei citada.

Eu, Laura Batista de Lima, Diretor de Expediente, o escrevi e assino.

Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 11 de março de 1960.

**LAURA BATISTA DE LIMA**

Diretor de Expediente  
(G — Dias 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30 e 31/3 — 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 19/4/60).

## SECRETARIA DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Teresinha Salomão, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 21.ª Comarca, 57.º Termo, 57.º Município de Marabá e 156.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica à margem esquerda do Igarapé "Fortaleza", afluente do Rio Araguaia para onde faz frente, limitando-se pelo lado de cima com terras requeridas por Nemer Salomão, pelo lado de baixo e fundos com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sabat Salomão, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 21.ª Comarca, 57.º Termo, 57.º Município de Marabá e 156.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica à margem esquerda do Igarapé "Fortaleza", afluente do Rio Araguaia para onde faz frente, limitando-se pelo lado de cima com terras requeridas por Dib Salomão, pelo lado de baixo e fundos com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Nemer Salomão, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 21.ª Comarca, 57.º Termo, 57.º Município de Marabá e 156.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica à margem esquerda do Igarapé "Fortaleza", afluente do Rio Araguaia para onde faz frente, limitando-se pelo lado de cima com terras requeridas por Sabat Salomão, pelo lado de baixo e fundos com terras devolutas do Estado. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Moacir Caetano do Nascimento, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Gabriel Sathum e limita-se: pelo lado direito e esquerdo, com terras requeridas por Antonio Senica do Nascimento e Antonio Caetano Nascimento Netto e pelos fundos, com terras do Estado, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Antonio Caetano Nascimento Netto, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Libano Sathum e limita-se: pelo lado direito e esquerdo, com terras requeridas por Moacir Caetano e Maria Nazaré Machado do Nascimento, respectivamente e pelos fundos, com terras do Estado, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de

Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Machado do Nascimento, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Edward Sebastião Lobo e limita-se: pelo lado direito e esquerdo, com terras requeridas por Antonio Caetano Nascimento Netto e Ivone Machado Siqueira do Nascimento e pelos fundos, com terras do Estado, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Ivone Machado Siqueira do Nascimento, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Latif Rassi e limita-se: pelo lado direito e esquerdo, com terras requeridas por Maria Nazaré Machado do Nascimento e terras do Estado, respectivamente e fundos, ainda, com terras do Estado, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Adriano Clímery Sidney, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 6.ª Comarca-Belem; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para terras do Estado, assim como pelo seu lado direito, limitando-se: pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Chafiz Adib e fundos, com terras do Estado, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sergio Bruno Von Sperling, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 6.ª Comarca-Belem; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Campomar V. Rodrigues, limitando-se: pelo lado esquerdo, com terras do Estado e nascentes do Igarapé Jacumim; lado direito, com terras requeridas por Adriano C. Sidney e pelos fundos, com terras devolutas, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Campomar Vitor Rodrigues, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 6.ª Comarca-Belem; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Enoy Batista Campos, limitando-se: pelo lado esquerdo, com terras do Estado e nascentes do Igarapé Camará; pelo lado direito, com terras de Sergio Bruno Von Sperling, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Enoy Batista Campos, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 6.ª Comarca-Belem; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Sergio Antonio Campos Meirelles; limitando-se: pelo lado esquerdo, com o Igarapé Camará; pelo lado direito, com terras requeridas por Cildo Campos Meirelles e pelos fundos, com terras requeridas por Sergio Bruno Von Sperling, sendo cortadas estas terras pelo rio Miritipitanga, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

**Yolanda L. de Brito**  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)



**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Chafid Abid, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 6.ª Comarca-Belém; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Antonio Almeida Campos e Ciro Lopes do Amaral, limitando-se: pelo lado esquerdo e fundos, com terras do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado, naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Laudelino Martins Pinheiro, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um lado com Leonil Afonso dos Santos, e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Luiz Bahia da Fonseca, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Sebastião Naves e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Umberto Corrêa de Queiroz, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º

Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Aides de Freitas e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Jerônimo Geraldo de Queiroz, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Umberto Corrêa de Queiroz e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Fredesvindo Geraldo de Queiroz, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Clodoaldo Corrêa de Queiroz e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Marcelo de Freitas Queiroz, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica no lugar denominado Pou-Darco, à margem direita do ribeirão do mesmo nome, à partir das terras requeridas por Geraldo Ferreira de Queiroz e daí rumo as cabeceiras, limitando-se pelos demais lados com terras devolutas do Estado. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30

dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Leonil Afonso dos Santos, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pastoril, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: de um lado, com Rodolfo Tavares Filho e pelos demais lados, com quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Conceição Corrêa, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Geraldo Jerônimo Queiroz e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Diomar Ribeiro de Brito, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um lado com Amador Alves Pereira, pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Plínio Silverio de Oliveira, nos termos do art. 6.º do

Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Ademir Geraldo de Queiroz, pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Aides de Freitas, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um lado com Rufino de Freitas e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 30 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Manoel José de Leles, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Faz frente para os fundos das terras requeridas por Itabeirino Alves da Silva, lado esquerdo com terras requeridas por Clodoaldo Penha Pais Leme, lado direito e fundos com terras a serem requeridas por Edson Barbosa da Silva e Domingos Simões de Lima, fica na margem direita do rio Capim. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias 5, 15 e 25/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Paulo Sarkis, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limitando-se pela frente com João Sarkis Simão; pelo lado direito com José Soares de



Aguilar; pelos fundos com George Michel Sobrinho; pelo lado esquerdo com terras devolutas do Estado. Mede o referido lote de terras 6.600 metros de frente por 6.600 metros de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de Abril de 1959.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias 5, 15 e 25/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Salomão José Guimarães, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 16.ª Comarca, 44.º Termo, 44.º Município de Capim e 118.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limitando-se pelo lado direito, com as terras devolutas; pelos fundos com José Soares Aguiar; pelo lado esquerdo com quem de direito; pela frente com terras devolutas. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 13 de Abril de 1959.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias 5, 15 e 25/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Walter Fonseca Freire, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 32.º Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se a Oeste com terras requeridas por Divina Maria Aparecida Freitas, pelos demais lados com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Marcio Augusto Losada Maia, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 11.ª Comarca-Capanema; 32.º Termo; 32.º Município de Ourém e 83.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem esquerda da Estrada Pará-Maranhão, entre os quilômetros 63 a 66, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por Dolores Dopazo Losada Maia; de outro lado e fundos, com terras requeridas por quem de direito, pelo

medindo 3.000 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 21 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sandra Maria Losada Maia, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 11.ª Comarca-Capanema; 32.º Termo; 32.º Município de Ourém e 83.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem esquerda da Rodovia Pará-Maranhão, entre os quilômetros 69 a 72, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por Dolores Dopazo Losada Maia; de outro lado e fundos, com terras requeridas por quem de direito, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 21 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Dolores Dopazo Losada Maia, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 11.ª Comarca-Capanema; 32.º Termo; 32.º Município de Ourém e 83.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem esquerda da Rodovia Pará-Maranhão, entre os quilômetros 66 a 69, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por Marcio Augusto Losada Maia; de outro lado, com terras requeridas por Sandra Maria Losada Maia e pelos fundos, com terras requeridas por quem de direito, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 21 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Jonas de Souza Filho, Lourenço Gomes da Silva e Reinaldo Gomes da Silva, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6.ª Comarca-Belém; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: situado no braço denominado "Grande", do igarapé Itapicuri, afluente do rio Acará, limitando-se: pela frente, a começar do igarapé da "Guarumazal" até o igarapé da "Sátva"; pelo lado de baixo, com as terras de Antonio Barbosa Gomes ou de quem de direito e pelo

lado de cima e fundos, com terras devolutas do Estado ou de quem de direito, medindo 3.000 metros e frente por 2.500 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Jonas Boanerges Matos Pantoja, nos termos do art. 7.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6.ª Comarca-Belém; 11.º Termo; 11.º Município de Acará e 22.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem direita do braço Jaguarari, afluente do igarapé Itapicuri, este por sua vez afluente do rio Acará, limitando-se: do lado de baixo, com terras ocupadas pelos herdeiros de Maria José; pelo lado de cima, com terras ocupadas por herdeiros de Manoel Ferreira Borges e pelos fundos, com os herdeiros de Valentino Antonio Gomes, medindo 2.000 metros de frente por 2.500 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Acará.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 22 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Lindolfo Pinto Filho, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 32.º Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

O lote de terras está situado no distrito denominado Camiranga Vizeu, limitando-se pela frente com o requerimento de Sebastião Ferreira e pelos lados direito e esquerdo e fundos com terras devolutas do Estado. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Selva Batista Leite, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 32.º Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes

indicações e limites:

O lote de terras está situado no distrito de Camiranga e limita-se pela frente com os nascentes de um igarapé sem nome e com o requerimento de Constantino pelo lado direito, esquerdo e fundos com terras devolutas do Estado. O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Lazaro Lourenço da Silva, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 32.º Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se a Oeste com terras requeridas por Elizabeth de Castro Doudo demais lados com terras devolutas do Estado e fica no município de Vizeu.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Manoel Alves de Lima, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 32.º Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se pelo Oeste com o requerente Cleonardo Barbosa da Silva e pelos lados direito, esquerdo e fundos com terras devolutas ou com quem de direito.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Gileno Mendes de Andrade, nos termos do art. 6.º do Regula-



mento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 110. Comarca, 320. Termo 320. Município, 830. Distrito Ourém, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se ao Norte com terras requeridas por Antonio Nunes Filho demais lados com terras devolutas do Estado e fica no município de Ourém.

O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos. E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Angrisani, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 110. Comarca, 320. Termo 320. Município, 830. Distrito Ourém, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se a Oeste com terras requeridas por Balbino Toledo Pissalho, demais lados com terras devolutas do Estado e fica no município de Ourém.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Jair Leandro Neves, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 110. Comarca, 320. Termo 320. Município, 830. Distrito Ourém, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se pela frente com as margens do rio Capim pela esquerda com o requerente José Fortine pelos fundos e lado direito com requerente desconhecido ou terras devolutas ou quem de direito.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Gomes Machado, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 160. Comarca 440. Termo, 440. Município, 1180. Distrito Capim, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se pela frente com o requerente Luiz Fortine, pela direita com o requerente João Alves de Freitas e pelos outros lados com terras devolutas ou requerentes ignorados.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Manoel Ferraz dos Santos, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 160. Comarca 440. Termo, 440. Município, 1180. Distrito Capim, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se pela frente com o requerente Gerson Alves de Oliveira, nas águas vertentes do rio Candiruacó e pelos demais lados com terras devolutas do Estado ou a quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Astolfo Leão Borges, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 110. Comarca, 320. Termo 320. Município, 830. Distrito Ourém, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se a Oeste com João Ferreira Goulart e pelos demais lados com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e

Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sebastião Luis Vinhal, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 160. Comarca 440. Termo, 440. Município, 1180. Distrito Capim, com as seguintes indicações e limites:

Limitando-se ao Sul com terras requeridas por Amalia Gomes Silva, pelos demais lados com terras devolutas do Estado. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Capim.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de Terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Nair Vilela de Moraes, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas 110. Comarca, 320. Termo, 320. Município, 830. Distrito Ourém, com as seguintes indicações e limites:

Limita-se ao Norte com terras requeridas por Eduardo de Moraes Dantas e pelos fundos e lados esquerdo e direito com terras devolutas ou a quem de direito.

O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Adm.  
(Dias — 25/3 - 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Zenilda Aparecida Ferreira, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Ziná Macêdo e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e

Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Lindolfo Martins Prudente, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Benedito Ferreira Raimundo e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Jango Ferreira Raimundo, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Maria de Lourdes Machado e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Odilon Antonio de Freitas, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.ª Comarca, 30.º Termo, 30.º Município de Conceição do Araguaia e 81.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Alice Nunes da Silva e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Lélis Cunha Prudente, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indús-



ria agrícola, sitas na 32.<sup>a</sup> Comarca, 82.<sup>o</sup> Termo, 82.<sup>o</sup> Município de Vizeu e 226.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com José Joaquim Raizama e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria de Lourdes Machado, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.<sup>a</sup> Comarca, 82.<sup>o</sup> Termo, 82.<sup>o</sup> Município de Vizeu e 226.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Lindolfo Martins Prudente e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Benedito Ferreira Raizama, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.<sup>a</sup> Comarca, 82.<sup>o</sup> Termo, 82.<sup>o</sup> Município de Vizeu e 226.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Alberto Ribeiro Machado e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Belo Filho, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.<sup>a</sup> Comarca, 30.<sup>o</sup> Termo, 30.<sup>o</sup> Município de C. do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Aryl Borges Belo e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de

Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Hilda Vieira Prudente, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.<sup>a</sup> Comarca, 82.<sup>o</sup> Termo, 82.<sup>o</sup> Município de Vizeu e 227.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Leilio Cunha Fernandes e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria de Brito Penna, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 12.<sup>a</sup> Comarca, 30.<sup>o</sup> Termo, 30.<sup>o</sup> Município de Conceição do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se por um dos lados com Leonil Afonso dos Santos e pelos demais lados com quem de direito. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 23 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Osamu Hoshino, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 11.<sup>a</sup> Comarca-Capanema; 32.<sup>o</sup> Termo; 32.<sup>o</sup> Município de Ourém e 83.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem direita da Estrada Pará Maranhão, entre os quilômetros 66 a 59, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por Tani Oshikiri; de outro lado, com terras requeridas por quem de direito e pelos fundos, com terras do Estado, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Ourém.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 8 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 25/3, 5 e 15/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Salomão, nos

termos do art. 7.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 21.<sup>a</sup> Comarca, 57.<sup>o</sup> Termo, 57.<sup>o</sup> Município de Marabá e 156.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica à margem esquerda do Igarapé "Fortaleza", afluente do Rio Araguaia para onde faz frente, limitando-se pelo lado de cima com terras requeridas por Teresinha Salomão, pelo lado de baixo e fundos com terras devolutas do Estado. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 31 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 15 e 25/4/60)

#### SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Marcio de Freitas Queiroz, nos termos do art. 7.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14.<sup>a</sup> Comarca; C. do Araguaia; 30.<sup>o</sup> Termo; 30.<sup>o</sup> Município — Conceição do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: no lugar denominado Pau D'Arco, à margem esquerda do ribeirão do mesmo nome, limitando-se: por um lado, com terras requeridas por Marcelo de Freitas Queiroz; por outro lado, com terras requeridas por Geraldo Ferreira Queiroz e pelos fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 5, 16 e 26/4/60)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Aparecida de Freitas Queiroz, nos termos do art. 7.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas própria para a indústria agrícola, sitas na 14.<sup>a</sup> Comarca; C. do Araguaia; 30.<sup>o</sup> Termo; 30.<sup>o</sup> Município — Conceição do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: no lugar denominado Pau D'Arco, à margem direita do ribeirão do mesmo nome, limitando-se: por um lado, com terras requeridas por Marcelo de Freitas Queiroz e pelos demais lados, com terras devolutas do Estado, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do

Estado naquele Município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Clodoaldo Corrêa de Queiroz, nos termos do art. 7.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 12.<sup>a</sup> Comarca; 30.<sup>o</sup> Termo; 30.<sup>o</sup> Município de Conceição do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita por um dos lados com terras requeridas por Maria Conceição Corrêa, e pelos demais lados com quem de direito. O referido lote de terras mede 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Geraldo Ferreira de Queiroz, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 14.<sup>a</sup> Comarca; 30.<sup>o</sup> Termo, 30.<sup>o</sup> Município de Conceição do Araguaia e 81.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: Fica no lugar denominado Pau-Darco, Limitando-se por um dos lados com terras requeridas por Juran-di Ricardo Prudencio daí rumo as suas cabiceiras, limitando-se pelos demais lados com terras devolutas do Estado. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

##### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Abilio Pereira Borges e Geraldo Ferreira Diniz, nos termos do art. 6.<sup>o</sup> do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pastoril, sitas na 14.<sup>a</sup> Comarca; C. do Araguaia; 30.<sup>o</sup> Termo; 30.<sup>o</sup> Município — Conceição do Araguaia e 98.<sup>o</sup> Distrito, com as seguintes indicações e limites: com Virmondes Corrêa Borges por set



lado direito e pela frente, lado esquerdo e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Conceição do Araguaia.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Wladimir da Mota Rezende, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca; Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por João Maria Cavalcanti de Souza, limitando-se: pelo lado direito, com terras requeridas por José Wagner do Amaral; pelo lado esquerdo, com terras requeridas por José Maslapina e pelos fundos, com terras requeridas por Alpheu Tomaz Leite, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Cildo Campos Meireles, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Max Jorge Campos Meireles, limitando-se: pelo lado direito, com terras requeridas por Julio Quirino da Costa; pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Enoy Batista Campos e pelos fundos, com terras requeridas por Carlos Meireles Osório, terras estas cortadas pelo rio Acará e Igarapé Ubintea, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sergio Antonio Campos Meireles, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para o nascente do Igarapé Macapá, limitando-se: pelo lado esquerdo, com o Igarapé Camará; pelo lado direito, com terras requeridas por Max Jorge Campos Meireles e fundos, com terras requeridas por Enoy Batista Campos, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Walter Machado, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Antonio Almeida Campos e Ciro Lopes do Amaral, limitando-se: pelo lado esquerdo, e fundos, com terras do Estado e pelo lado direito, com terras requeridas por Chafihm Abid, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Max Jorge Campos Meireles, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para a margem esquerda do Igarapé Jaranadeua, limitando-se: pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Sergio Antonio Campos Meireles; pelo lado direito, com terras requeridas por Vitor de Castro Leite e pelos fundos, com terras requeridas por Cildo Campos Meireles, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos

de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras, e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Ichiro Suzuki, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 11a. Comarca, Capanema; 320. Termo; 320. Município — Ourem e 830. Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem esquerda da Rodovia Pará Maranhão, entre os quilômetros 36 a 39, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por José Teiti Suzuki; de outro lado e fundos, com terras de quem de direito, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourém.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 30 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito

Oficial Administrativo

(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Shiro Toda, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 11a. Comarca, Capanema; 320. Termo; 320. Município — Ourem e 830. Distrito, com as seguintes indicações e limites: à margem esquerda da Estrada Pará Maranhão, entre os quilômetros 21 a 24, limitando-se: de um lado, com terras requeridas por Taro Hoshino; de outro lado e fundos, com terras de quem de direito, medindo 3.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourém.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 1 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Antonio de Almeida Campos e Ciro Lopes do Amaral, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distri-

to, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente, com terras do Estado, limitando-se: pelo lado direito, com terras do Estado; pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Wilson Rubem Rodrigues e pelos fundos, com terras requeridas por Walter Machado, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 4 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por José Malaspina, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Julio Quirino da Costa; pelo lado direito, com terras requeridas por Wladimir da Mota Rezende; pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Carlos Meireles Osório e pelos fundos, com terras requeridas por Marcio Bruno Von Sperling, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 4 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

#### Compras de terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por João Maria Cavalcanti e Souza, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente, com terras do Estado, limitando-se: pelo lado direito, com terras do Estado; pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Julio Quirino da Costa e pelos fundos, com terras requeridas por Wladimir da Mota Rezende, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 4 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)



**Compras de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Carlos Meireles (Jôrio), nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo; 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Cildo Campos Meireles; limitando-se: pelo lado esquerdo, com terras requeridas por Sergio Bruno Von Sperling; pelo lado direito, com terras requeridas por José Maslapina e pelos fundos, com terras requeridas por Paulo de Tarso Belmonte, sendo estas terras inteiramente cortadas pelo igarapé São José, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 4 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

**Compras de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Julio Quirino da Costa, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agro-Pecuária, sitas na 6a. Comarca, Belém; 110. Termo 110. Município — Acará e 220. Distrito, com as seguintes indicações e limites: fazendo frente para os fundos das terras requeridas por Vitor de Castro Leite, limitando-se: pelo lado esquerdo, com o igarapé Ubinteuca, que corta quase todo o lote requerido; pelo lado direito, com terras requeridas por João Maria Cavalcanti de Souza e pelos fundos, com requeridas por José Maslapina, medindo 6.000 metros de frente por 6.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município do Acará.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 4 de abril de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

**Compras de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Osires Rodrigues Carrijo, nos termos do art. 70. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 16a. Comarca, 440. Termo, 440. Município de Capim e 1180. Distrito, com as seguintes indicações e limites: faz frente para os fundos das terras requeridas por Manoel de Castro, lado esquerdo com terras requeridas por Romão Vieira da Silva, lado direito com terras devolutas do Estado e fundos com terras a serem requeridas por Ma-

noel Raposa da Fonseca. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Capim.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 22 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

**Compras de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Osvaldo de Oliveira, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 16a. Comarca, 440. Termo 440. Município de Capim e 1180. Distrito, com as seguintes indicações e limites: Faz frente para a margem direita do rio Capim a começar da foz do igarapé Putirizal, lado direito com terras devolutas do Estado; lado esquerdo com terras a serem requeridas por Joffre Eduardo Chaves e José Barbosa Reis, fundos com terras a ser requerida por Durval Lazaro de Freitas. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Capim.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 22 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

**Compras de terras**

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Oredes Rodrigues Carrijo, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas na 16a. Comarca, 440. Termo; 440. Município de Capim e 1180. Distrito, com as seguintes indicações e limites: Faz frente para os fundos das terras requeridas por Manoel Raposa da Fonseca, lado esquerdo com terras requerida por Abdala Abrahão, lado direito com terras devolutas do Estado e fundos com terras a serem requeridas por Darcy Rodrigues Carrijo. Medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Capim.

Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, 22 de março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 6, 16 e 26/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Pedro Pereira de Aguiar, nos termos do art. 60. do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, próprias para a indústria

Agro-Pecuária, sitas 1510. Comarca, 580. Termo, 580. Município de Marabá e 1560. Distrito, com as seguintes indicações e limites: Est situado à margem esquerda do Rio Itacaiunas, azendo frente para a divisória das terras ocupadas por Querubina Arraz Almeida, ao Poente com terras ocupadas por Sadala Rodrigues Lima, no lugar denominado "Boca de Facão Quebrado". Medindo 1.300 metros de frente por 3.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de março de 1960.

YOLANDA L. DE BRITO  
(Dias 26/3, 6 e 16/4/60).

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sadala Rodrigues de Lima, nos termos do art. 70. do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Agrícola, sitas 1510. Comarca, 580. Termo, 580. Município de Marabá e 1560. Distrito, com as seguintes indicações e limites: Faz frente para ao nascente para a divisória das terras ocupadas por Pedro Pereira de Aguiar, no lugar denominado Brejo do Fação Quebrado, ao Norte com terras ocupadas por João Gomes da Silva, ao Sul com terras devolutas. Medindo 1.300 metros de frente por 4.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Marabá.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

YOLANDA L. DE BRITO  
(Dias 26/3, 6 e 16/4/60).

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Josefa Conde Rocha, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Norte, com Regi- e Augusto Dourado e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Altina Alves Ferreira, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações

e limites: pelo Este, com Antonio Garcia Pereira e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Antonio Garcia Pereira, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Este, com terras requeridas por Sebastião Parreira e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Cleonildo Barbosa da Silva, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Este, com Manoel Alves de Lima e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

**Compra de terras**

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Sebastião Vilela Gouvêa, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º Município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Norte, com Elpidio Aristides de Freitas e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo  
(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)



## Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Jefferson Rodrigues Neto, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Norte, com terras do requerente Olímpio Freitas Costa e pelos lados e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo

(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

## Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Luiz Carlos Borges Magalhães, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pecuária, sitas na 32.ª Comarca-Vizeu; 82.º Termo; 82.º município de Vizeu e 223.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: pelo Este, com Manoel Alves Valadão de Freitas; pelo lado esquerdo com terras requeridas por João Alberto Magalhães e pelo lado direito e fundos, com terras de quem de direito, medindo 6.600 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Vizeu.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 24 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo

(Dias — 26/3, 6 e 16/4/60)

## Compra de terras

De ordem do sr. engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Manoel Pontes de Miranda Filho e Lydia de Parias Melo, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 6.ª Comarca, 12.º Termo, 12.º Município de Ananindeua e 35.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Faz frente para a margem da estrada esquerda Belém Ananindeua lado direito com Bertoldo de tal, lado esquerdo e fundos com quem de direito. O referido lote de terras mede 50 metros de frente por 350 ditos de fundos mais ou menos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Renda do Estado naquele município de Ananindeua.

Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado do Pará, 8 de Março de 1960.

Yolanda L. de Brito  
Oficial Administrativo

(AT. 26.991 — 26/3, 6 e 16/4/60)

## ANÚNCIOS

## PIRES, CARNEIRO S. A.

## Assembléia Geral Ordinária

De acôrdo com os nossos Estatutos e o Decreto-lei federal n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, convoco os Srs. Acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 25 de abril, às 16 horas, em nossa sede social à Praça da República n. 138 — Edifício Manoel Pinto da Silva, apto. n. 402, nesta cidade, para o seguinte:

- julgar as contas e relatório da Diretoria, balanço, parecer do Conselho Fiscal e demonstração da conta de Lucros e Perdas, referentes ao ano de 1959;
- eleição do Conselho Fiscal para o novo exercício;
- o que ocorrer.

Belém, em 12 de abril de 1960.

(a.) Dra. Damares Fonseca

Carneiro, Diretor-Presidente.

(Ext — 14, 15 e 16/4/60)

## ALBINO FIALHO, LABORATÓRIO, DROGAS E PRODUTOS FARMACÊUTICOS, S. A.

Comunicamos aos senhores acionistas que no escritório da nossa sede social, à praça da República n. 43, nas horas de expediente, acham-se à sua disposição, os documentos de que trata o artigo 99 da Lei das Sociedades por Ações.

Raimunda Gomes Valentim  
Diretor-Presidente

Albino Peon Rodrigues  
Sub-Diretor  
(Ext. — Dias 14, 16 e 19/4/60).

## SOBRAL SANTOS S. A. — COMÉRCIO E INDÚSTRIA (SOTOSA)

De acôrdo com os nossos estatutos e o Decreto-Lei federal n. 2.627 de 26 de setembro de 1940, convoco os srs. acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no próximo dia 25, às 16 horas, em nossa sede social, à av. Padre Eutiquio, 154, nesta cidade, para o seguinte:

- Julgar as contas e relatório da Diretoria, balanço, parecer do Conselho Fiscal e demonstração da conta "Lu-

cros e Perdas", referente ao exercício de 1959;

- eleição do Conselho Fiscal para o novo exercício;
- o que ocorrer.

Belém, 11 de abril de 1960.

Feliciano da Silva Santos —  
Presidente.

(Ext. — Dias 13, 14 e 15/4/60)

## SOBRAL SANTOS S. A. — COMÉRCIO INDÚSTRIA (SOTOSA)

Comunicamos aos srs. Acionistas que se acham à disposição, em nossa sede social, à avenida Padre Eutiquio, 154, o relatório, balanço e conta de Lucros e Perdas referentes ao exercício de 1959 apresentados pela Diretoria e respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Belém, 11 de abril de 1960.

Feliciano da Silva Santos —  
Presidente.

(Ext. — Dias 13, 14 e 15/4/60)

## CONSTRUTORA GUALO S. A.

## Assembléia Geral Ordinária (Convocação)

Convidamos os senhores Acionistas da Construtora Gualo Sociedade Anônima, a comparecerem à Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 17 do corrente, às 16 horas, na sede social, a fim de apreciarem e deliberarem sobre os seguintes documentos relativos ao exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 1959:

- Relatório da Diretoria;
- Balanço Geral;
- Conta de Lucros e Perdas;
- Parecer do Conselho Fiscal;
- Eleição da Diretoria;
- Eleição do Conselho Fiscal;
- Fixação dos honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Belém, Pa., 11 de abril de 1960.

Teivelino Guapindaia  
Presidente  
Carlos Moacir de Azevedo  
Guapindaia  
Diretor

(Ext. — Dias: 12, 13 e 14-4-60).

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO EDITAL

De citação, com o prazo de trinta (30) dias ao sr. Carim Jorge Melém, que exerceu o cargo de Prefeito, da Prefeitura Municipal de Monte Alegre, no exercício financeiro de 1956.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 48, n. II, da Lei n. 1.846, de 12-2-60, cita, como citado fica, através do presente edital, que será publicado durante trinta (30) dias, a partir desta data, o sr. Carim Jorge Melém, que exerceu o cargo de Prefeito, do município de Monte Alegre, no exercício financeiro de 1956, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação do DIÁRIO OFICIAL, apresentar a comprovação do emprêgo da importância de setenta cruzeiros (Cr\$ 70,00).

Belém, 21 de Março de 1960.

Mário Nepomuceno de Sousa  
Ministro Presidente

G — Dias 24, 25, 27, 31/3, 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 14, 20 e 21/4/60).

## EDITAL

De citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao sr. dr. Jarbas de Castro Pereira, que exerceu o cargo de Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação, no exercício financeiro de 1956.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 48, n. II, da Lei n. 1.846, de 12-2-60, cita, como citado fica, através do presente edital, que será publicado durante trinta (30) dias, a partir desta data, o sr. dr. Jarbas de Castro Pereira, que exerceu o cargo de Secretário de Estado de Obras, Terras e Viação, no exercício financeiro de 1956, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentar a comprovação do emprêgo da importância de quarenta e três cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 43,80).

Belém, 21 de Março de 1960.

G — Dias 24, 25, 27 e 31/3, 1, 2, 3, 8, 9, 10, 12, 14, 20 e 21/4/60).

De citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao sr. dr. Canuto de Figueiredo Brandão, que exerceu o cargo de Diretor do Posto de Higiene da Pedreira, no exercício de 1957.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 48, n. II da Lei n. 1.846, de 12/2/60, cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante trinta (30) dias, a partir desta data, o dr. Canuto de Figueiredo Brandão, que exerceu o cargo de Diretor do Posto de Higiene da Pedreira no exercício de 1957, para no prazo de dez (10) dias, após a última publicação do DIÁRIO OFICIAL, apresentar a comprovação do emprêgo da importância de três mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 3.600,00), das sub-consignações Despesas Diversas: Pronto Pagamento, verba Secretaria de Saúde Pública, consignação Posto de Higiene da Pedreira, (Tabela 95), da Lei Orçamentária daquele exercício financeiro.

Belém, 15 de Março de 1960.

Mário Nepomuceno de Sousa  
Ministro Presidente

G — Dias 18 — 19 — 20 — 22 — 24 — 26 — 27 — 30 e 31/3 — 1 — 2 — 3 — 6 — 7 — 9 — 13 — 16/4/60).



**MOLLER S/A**  
**Comércio e Representações**  
**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas:

De acôrdo com a Lei e os nossos Estatutos, vimos apresentar-vos o Balanço Geral e a demonstração da Conta "Lucros e Perdas", acompanhados do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1959.

Por êstes documentos, verificareis ter sido apurado um resultado líquido de Cr\$ 6.132.135,48, cuja aplicação ficará a vosso cargo determinar na reunião ordinária da Assembléia Geral a ser efetuada.

Belém, 2 de abril de 1960.

Pela Diretoria

(a) **Rudolph Moller** — Presidente

**BALANÇO GERAL, EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959**  
**— A T I V O —**

<b>Imobilizado</b>		
Móveis e Utensílios .....	351.056,80	
Máquinas e Pertences .....	1.187.875,20	1.538.932,00
<b>Disponível</b>		
Caixa .....	128.422,50	
Bancos .....	108.522,90	236.945,40
<b>Realizável</b>		
Produtos Castanha e Diversos .....	837.080,00	
Motôr Marítimo .....	1.122.648,00	
Aquisição de Ágio para Importação ...	1.809.117,80	
Diversas Contas .....	650.690,90	
Promissórias a Receber .....	13.201.977,50	
Contas Correntes .....	1.761.761,01	
Devedores e Credores Gerais .....	354.733,50	
Despachos e Fretes — J. M. Archer da Silva .....	197.492,70	
Ações Fôrça e Luz do Pará, S/A .....	50.000,00	
Ações Romariz. Fischer S/A .....	4.720.000,00	
Representações Tagus Ltda. ....	2.750.000,00	
Empréstimo Compulsório .....	951.414,90	28.406.916,31
<b>Pendentes</b>		
Banco Ultramarino Brasileiro S/A — c/Fiança .....		60.328,30
<b>Compensação</b>		
Efeitos a Receber .....	13.179,10	
Banco Moreira Gomes S/A — c/Caução	2.000.000,00	
Depósitos para Recursos .....	613.849,50	
Ações Caucionadas .....	60.000,00	2.687.028,60
		<b>Cr\$ 32.930.150,61</b>

**— P A S S I V O —**

<b>Não Exigível</b>		
Capital .....	15.000.000,00	
Bonificação — Nova Cóta		
Capital Representações		
Tagus Ltda. (com favores da Lei 3.470-Art. 83) .....	1.286.696,50	
Fundo de Reserva Legal .....	1.051.162,70	
Fundo p/Garantia Dividendos .....	356.498,30	
Resultados Pendentes ..	6.411.799,21	24.106.156,71
Fundo para Depreciações .....	87.807,40	24.193.964,11
<b>Exigível</b>		
Bancos .....	785.947,10	
Contas Correntes .....	5.180.024,50	
Contas a Pagar .....	78.416,80	

Taxa de Renovação Marinha Mercante ..	4.739,50	
Imposto de Renda — Desconto na Fonte	30,00	6.049.157,90
<b>Compensação</b>		
Cobrança C.Terceiros .....	13.179,10	
Títulos em Caução .....	2.000.000,00	
Valôres Depositados para Recursos ....	613.849,50	
Caução da Diretoria .....	60.000,00	2.687.028,60
		<b>Cr\$ 32.930.150,61</b>

Pela Diretoria:

**Rudolph Moller** — Presidenta

**Alfen Ferreira de Souza** — D.E.C. n. 39.101—C.R.C. n. 0855

**DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 1959**  
**— D É B I T O —**

Correspondência, Bonificações, Previdência Social, Juros e Descontos, Imposto de Renda e Despesas Gerais ..	10.448.055,70	
Fundo de Reserva Legal .....	322.743,90	
Resultados Pendentes .....	Cr\$ 6.132.135,48	16.902.935,08

**— C R É D I T O —**

Produtos, Castanha, Produtos Diversos, Comissões, Secção Marítima, Secção de Representações, Gastos Reembolsados, Frações e Abatimentos .....	16.902.935,08	
Fundo de Reserva para Cobrança de Contas Duvidosas .....	324.715,00	16.902.935,08

Belém, 31 de dezembro de 1959.

**Rudolph Moller** — Presidente

**Alfen Ferreira de Souza** — D.E.C. 39.101—C.R.C. 0.855

**PARÊCER DO CONSELHO FISCAL**

Senhores Acionistas:

Na qualidade de membros do Consêlho Fiscal de Moller S/A, Comércio e Representações, examinamos o Balanço, a Conta "Lucros e Perdas", encerrados em 31 de dezembro de 1959 e respectiva documentação, e declaramos ter encontrado tudo em perfeita ordem e correção, recomendando-os, por isso, à aprovação da Assembléia Geral.

Belém, 30 de março de 1960.

(aa) **José Pereira Souzaellas**

**José Fernandes Fonseca**

**Antonio Carreilhas**

(Ext. — 15/4/60)

**INDÚSTRIAS REUNIDAS UNIÃO ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

**FABRIL S. A.**

**Convocação**

Pelo presente convoco os Srs. Acionistas, para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, no dia 23 de abril do corrente ano, às 16 horas na sede social, à Trav. do Chaco, 903, para os seguintes fins:

a) discutir e deliberar sobre o Relatório e Contas apresentadas pela Diretoria e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 1959;

b) eleger os membros da Diretoria e Conselho Fiscal para o exercício de 1960;

c) deliberar sobre os proventos dos Diretores e Membros do Conselho Fiscal no mesmo período; d) o que ocorrer.

Belém-Pará, 14 de abril de 1960.

(a.) **Navas Pereira**, Diretor-Presidente.

(T. 27.622 — 15, 17 e 19/4/60)

**SECCAO DO PARÁ**

De conformidade com o disposto no art. 16, do Regulamento a que se refere o Decreto n. 22.478, de 20 de fevereiro de 1933, faço público que requereu inscrição no quadro de Advogados desta Secção da Ordem dos Advogados do Brasil o bacharel em Direito Irapuan de Pinho Sales Filho, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade, à Avenida Presidente Vargas, Ed. Palácio do Rádio, conjunto 412.

Secretaria da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção do Pará.

(a.) **Arthur Cláudio de Oliveira Mello**, Primeiro Secretário.

(T. 27.618 — 15, 17, 19, 20 e 21/4/60).





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Justiça

ESTADO DO PARÁ

ANO XXIII

BELEM — SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1960

NUM. 5.116

## COMARCA DA CAPITAL

### Leilão Público Judicial

O doutor Raimundo Guilhon, Juiz de Direito da Sexta Vara desta Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem, que no dia 18 de abril do corrente ano, às 16 horas, no local abaixo mencionado, ir à público pregão de venda em leilão público judicial, pelo leiloeiro Firmino Motta, a benfeitoria abaixo descrito de propriedade de Edilson Pereira Reis, penhorado na ação executiva que lhe move David Rodrigues Batista:

Casa tipo "Chalet", edificada em terreno da Prefeitura Municipal de Belém, sito nesta cidade, à rua Domingos Marreiros, coletado sob o número 763 (setecentos e sessenta e três), esquina da travessa Três de Maio, com as características que se seguem: — construção em forma de chalet, toda de tabique, Coberta de Telhas Comuns, Destinada a Estabelecimento Comercial e, ainda uma pequena construção aos fundos do terreno esta, toda de madeira, também coberta de telhas comuns, com várias dependências pequenas, com várias janelas para a travessa três de maio, avaliado pela importância de cento e trinta mil cruzeiros (Cr\$ 130.000,00).

Quem pretender arrematar as benfeitorias acima descritas deverá comparecer no dia ho-

## EDITAIS — JUDICIAIS

ra o local acima mencionado a fim de dar o seu lance ao substituto legal ao leiloeiro Firmino Motta, que aceitará o de quem mais oferecer sobre a avaliação.

O comprador pagará à banca o preço de sua arrematação, bem como as comissões do escrivão porteiro, leiloeiro, diligência do Juízo e Carta de arrematação — E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, manda expedir o presente edital com o prazo de 10 dias, o qual será publicado pela imprensa e afixado no lugar do costume na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 7 de abril de 1960. Eu, (a) Mariana de Castro Sarmento, escrivã, o escrevi e subscrevi.

(a) Raimundo Guilhon, Juiz de Direito da Sexta Vara.  
(Ext. — Dia 15/4/60).

## COMARCA DA CAPITAL

### Citação com o prazo de 30 dias

O Doutor Roberto Cardoso Freire da Silva, Juiz de Direito da Primeira Vara do Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, etc.

Faz saber aos que o presente edital de citação com o prazo de 30 dias, dêle virem ou tiverem conhecimento, que nos autos de Inventário dos bens ficados por falecimento de Lina Rosa

Lourenço Esteves, falecida na localidade denominada Fonte da Vila, em Melgaço, Portugal, em data de 11 de maio de 1959, de quem é inventariante dona Maria Amélia Esteves, portuguesa, viúva, residente e domiciliada em Lisboa, Portugal, representada por seu advogado por parte desta, foi requerido a citação dos herdeiros ANTONIO CANDIDO ESTEVES, comerciante, residente em lugar incerto no Rio Vila Nova, Território Federal do Amapá; JOSÉ BENTO ESTEVES, comerciante, solteiro, residente em lugar ignorado na cidade do Rio de Janeiro; ACACIO ESTEVES, casado, comerciante, residente em lugar ignorado na cidade do Rio de Janeiro e MANOEL AUGUSTO ESTEVES, solteiro, comerciante, residente em lugar ignorado em Angola. Africa Portuguesa, em virtude dos mesmos, como foi dito, encontrarem-se em lugar incerto e não sabido, da inventariante, e para o fim de os mesmos, se fazerem representar, dentro do prazo referido, no inventário, pugnando pelo que for de seus direitos e interesses. — Em virtude de haver sido deferido o requerimento nos autos, e expedidos o presente, por meio do qual ficam citados os herdeiros acima mencionados, para se fazerem representar no feito, e acompanhar os seus termos até final sentença. — E para que chegue ao conhecimento de todos e os interessados no alegarem igno-

rância, será o presente publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, jornal de grande circulação e afixado no lugar de costume. — Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 23 dias do mês de março de 1960. — Eu, Rui Barata, Escrivão Vitalício do Cartório do Quarto Ofício do Cível e Comércio da Comarca da Capital, datilografei e subscrevo.  
— (a) Roberto Cardoso Freire da Silva, Juiz da 1ª, Vara da Comarca da Capital.

(Ext. — Dias — 5 15 e 25/4/60)

## PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Jairo Soares Marques e Olinda Teixeira Marques, ele, solteiro, natural do Pará, electricista, filho de Raimundo Marques e Raimunda Soares Marques, ela é solteira, natural do Pará, professora de arte culinária, filha de Pedro Paulo Marques e Bonifácia Teixeira, residentes nesta cidade. Luiz Lima de Souza e Alaide Maria da Silva Coelho, ele solteiro, natural do Pará, sapateiro, filho de Manoel Souza e Francisca Lima de Sousa, ela, solteira, natural do Pará, doméstica, filha de Manoel dos Santos Coelho e Didima da Silva Coelho, residentes nesta cidade. Agnelo Alves do Espírito Santo Junior, e a senhorinha Raimunda Muller Sicsú, ele, solteiro, natural do Pará, militar, filho de Agnelo Neves do Espírito Santo e Maria da Conceição do Espírito Santo, ela, solteira, natural do Pará, doméstica, filha de José David Sicsú e de Raimunda Augusta Muller Sicsú, residentes nesta cidade. Eduardo Pinto Ferreira Vidigal e Maria da Graça de Azevedo Cruz, ele, solteiro, natural do Pará, aeroviário, filho de Angelo Barbosa Ferreira Vidigal e Alba Pinheiro Ferreira Vidigal, ela, solteira, natural do Pará, doméstica, filha de Didio Sylvio Ramos da Cruz e de Eglantina de Azevedo Cruz, residentes nesta cidade. Apresentaram os documentos exigidos por lei, se alguém souber de algum impedimento, denuncie-o para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 8 de abril de 1960. E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, Oficial de casamentos nesta capital, assino.  
— Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 27.381 — 9 e 16/4/60)





ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO IV

BELEM — SEXTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1960

NUM. 1.105

ACÓRDÃO N. 3.145  
(Processo n. 7.501)

Prestação de contas referente ao emprego, no exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), de crédito orçamentário.

Requerente — O Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, sob a responsabilidade da sra. Olga Paes de Andrade, através da Secretaria de Estado de Finanças.

Relator — Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, sob a responsabilidade da dra. Olga Paes de Andrade, enviou a este Colendo Tribunal, através da Secretaria de Estado de Finanças, para julgamento e quitação, nos termos da Carta Magna Paraense e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro deste ano (1960) as contas referentes ao emprego, no exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), que o Governo do Estado lhe entregou, como auxílio, para os festejos da Semana da Criança, a conta do crédito especificado na Lei n. 1.656, de 19 de fevereiro de 1959, correspondente ao respectivo exercício financeiro, Verba Encargos Gerais do Estado, rubrica Diversos, Tabela explicativa n. 115, Subconsignação Despesas Diversas, item Eventuais, Para Despesas não consignadas, tendo sido feita a remessa do expediente com o ofício n. 105-60, de 10 de fevereiro, entregue a 19, quando foi protocolado às fls. 59, do Livro n. 2, sob o número de ordem 112.

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como aprovada fica, a mencionada prestação de contas, e expedir, por intermédio da Presidência, o competente Alvará de Quitação, a favor do Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, na pessoa de sua responsável, dra. Olga Paes de Andrade, relativamente à quantia de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), à dotação orçamentária correspondente e ao exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959).

O relatório do feito e as razões do julgamento constam dos autos e das atas lavradas hoje e a primeiro (10.) de abril em curso.

Belém, 5 de abril de 1960. — aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Elmiro Gonçalves Nogueira, Relator. — Augusto Belchior de Araújo. — Lindolfo Marques de Mesquita. — José Maria de Vasconcelos Machado — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva.

Voto do sr. ministro Elmiro

## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Gonçalves Nogueira, Relator: — "A instrução do presente feito, que se prolongou de 19 de fevereiro deste ano (1960) até 25 de março último, processou-se rapidamente, consumindo, apenas, um (1) mês e seis (6) dias. O prazo máximo é de um semestre, consoante a Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro, § 10. do art. 47.

O expediente foi remetido a este Colendo Tribunal, para julgamento e quitação, nos termos da Carta Magna Paraense e da citada lei n. 1.846, pelo titular da Secretaria de Estado de Finanças, com o ofício n. 106-60, de 10 de fevereiro, entregue e protocolado a 19, no Livro n. 2, sob o número de ordem 112.

Condensam os autos uma prestação de contas do Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, do qual é responsável a dra. Olga Paes de Andrade.

Promovida a autuação, o processo recebeu o n. 7.501.

Ao digno Auditor dr. Benedito José Viana da Costa Nunes, que, por motivo de licença, foi substituído pelo Auditor interino dr. Moacir Gonçalves Pamplona, coube, nos termos dos arts. 10, inciso I, e 47 da Lei n. 1.846, o encargo de instruir o feito e preparar os autos.

Preenchendo as formalidades preliminares indicadas no Ato n. 5, de 14 de janeiro de 1955, o julgamento em Plenário teve início a primeiro (10.) de abril em curso (1960). Manifestaram-se o exmo. sr. dr. Lourenço do Vale Paiva, titular da Procuradoria, e o dr. Auditor, ambos favoráveis à aprovação das contas, pois nada arguiram em contrário. Ainda nessa data — primeiro (10.) de abril —, a Presidência designou-me, como juiz, para dar o voto orientador, no prazo improrrogável de uma quinzena art. 51, da Lei n. 1.846). Hoje é dia 5. São decorridas, por conseguinte, apenas noventa e seis (96) horas da distribuição.

A prestação de contas do Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, sob a responsabilidade da dra. Olga Paes de Andrade, abrange a quantia de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), que o Governo do Estado lhe entregou, no exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959), como auxílio, para os festejos da Semana da Criança, a conta do crédito de Cr\$ 3.000.000,00, especificado na Lei n. 1.656, de 19 de fevereiro de 1959, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o respectivo exercício financeiro, Verba Encargos Gerais do Estado, Rubrica Diversos, Tabela explicativa n. 115, Subconsignação Despesas Diversas, item Eventuais, Para Despesas não Consignadas.

A Secretaria de Finanças efetuou o pagamento desse auxílio a 2 de outubro de 1959, conforme informou a Secção de Despesa,

com desempenho nesta Côte (fls. 16).

Exato emprego tiveram os Cr\$ 20.000,00, o que bem atestam os comprovantes relacionados aos seguintes pagamentos:

	CR\$
Fábrica Palmeira (fls. 8) .....	227,00
Mercearia "O Vesúvio" (fls. 9 e 10) .....	48,00
Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares (Nestlé) — (fls. 11) .....	2.288,10
Prêmios às Crianças, sob a responsabilidade do dr. Salomão Moysés Levy, Delegado Federal das Crianças da 1a. Região (fls. 12) .....	10.000,00
D. Bertha Gomes Machado Paraense — fornecimento de doces (fls. 13) .....	5.936,90
Transportes (fls. 14) .....	1.500,00
Total dos gastos legalmente comprovados	20.000,00

A Secção de Tomada de Contas reconheceu a exatidão dos processado e a legalidade e legitimidade dos comprovantes (fls. 17).

Por tudo isso, esta é a minha declaração de voto: Aprovo as contas, devendo a Presidência do Tribunal expedir o competente Alvará de Quitação a favor do Serviço de Proteção à Maternidade e à Infância, na pessoa de sua responsável dra. Olga Paes de Andrade, relativamente à importância de vinte mil cruzeiros (Cr\$ 20.000,00), à dotação orçamentária correspondente e ao exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e nove (1959).

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "De acordo com o exmo. sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Acompanho S. Excia. o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Aprovo as contas".

Mário Nepomuceno de Souza

Ministro Presidente

Elmiro Gonçalves Nogueira

Relator

Augusto Belchior de Araújo

Lindolfo Marques de Mesquita

José Maria de Vasconcelos Machado

Sebastião Santos de Santana

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva.

ACÓRDÃO N. 3.146  
(Processo n. 7.571)

Requerente — Dr. Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, discutidos e relatados os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário de Interior e Justiça, remeteu a registro neste Tribunal, nos termos da lei, o decreto n. 3.023, de 14-3-60, do exmo. sr. Governador do Estado, que reforma, "ex-officio", o 2o. tenente do Comando Geral da Polícia Militar, Jerson de Jesus Palheta, nos termos da letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 10., do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30-12-1949, percebendo, nessa situação, entre proventos e adicionais, Cr\$ 176.517,90 (cento e setenta e seis mil quinhentos e dezessete cruzeiros) anuais, tendo a remessa sido feita em ofício n. 112, de 15-3-60, recebido a 16, e protocolado sob o n. 154, às fls. 66, do Livro II, como tudo dos autos consta:

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do exmo. sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, na forma exposta, conceder o registro solicitado.

Do presente julgamento não participou o exmo. sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita, que se considerou impedido, na forma regimental.

Belém, 5 de abril de 1960. — aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator. — Elmiro Gonçalves Nogueira — José Maria de Vasconcelos Machado — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator —

RELATÓRIO: "O Secretário do Interior e Justiça, sr. dr. Pedro de Moura Palha, em 15 de março expirante, submeteu à apreciação deste Venerando Tribunal, em nome do Governo do Estado, um expediente contendo o processo administrativo, do qual resultou a aposentadoria do 2o. tenente Jerson de Jesus Palheta, da Polícia Militar do Estado, com funções no Comando Geral da mesma milícia, e por se achar aquele oficial incapaz definitivamente para o serviço militar, sofrendo de moléstia contagiosa, prevista pelos dispositivos constitucionais.

Motivou a reforma "ex-officio", a proposta do digno Comandante da Polícia Militar do Estado, Coronel Iran Loureiro (fls. 5).

Essa proposta está acompanhada do laudo médico da Junta Militar de Inspeções de Saúde, que atesta estar o oficial reformado sofrendo de "Tuberculose, forma



ativa" (fls. 6). Seu tempo de serviço lhe garante o adicional de 10%, por contar 12 anos de labor na P.M.E., onde ingressou no oficialato, cursando, desde logo, a Escola Fundamental daquela Corporação. Corridos os trâmites legais, os órgãos que assistem a Administração Estadual, inclusive a Consultoria do D.S.P., foram unânimes pela concessão da inatividade do dito oficial. Destarte, S. Excia. o sr. General Governador fez baixar e assinou o seguinte decreto:

DECRETO N. 3.023 — DE 14 DE MARÇO DE 1960

Reforma, "ex-offício", o 20. tenente do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, Jerson de Jesus Palheta.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo número 042-60-Of. — SIJ,

DECRETA:

Art. 10. Fica reformado, "ex-offício", o 20. tenente do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, Jerson de Jesus Palheta, nos termos da letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 10., do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de treze mil trezentos e setenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 13.372,50) mensais, ou sejam, cento e sessenta mil quatrocentos e setenta cruzeiros (Cr\$ 160.470,00) anuais, mais hum mil trezentos e trinta e sete cruzeiros e vinte e cinco centavos (Cr\$ 1.337,25) mensais, ou sejam dezesseis mil quatrocentos e sete cruzeiros (Cr\$ 16.047,00) anuais, correspondentes a 10% de adicionais, perfazendo o total de quatorze mil setecentos e nove cruzeiros e setenta e cinco centavos (Cr\$ 14.709,75) mensais, ou sejam cento e setenta e seis mil quinhentos e dezessete cruzeiros (Cr\$ 176.517,00) anuais, entre proventos e adicionais.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de março de 1960.

(a.) General Luiz Geolás de Moura Carvalho, Governador do Estado. — Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário do Interior e Justiça.

Conferido tanto na forma, como no cálculo dos proventos, que são de Cr\$ 176.517,00, anuais, excusados no decreto governamental, a ilustrada Procuradoria pelo seu titular, Sub-Procurador dr Flávio Nunes Bezerra, opinou pela legalidade do ato.

E o Relatório.

VOTO: — "Faça-se o registro solicitado, na forma da Lei".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Sr. Presidente, considero-me impedido de votar no presente julgamento".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Converto o julgamento em diligência, a fim de que o Chefe do Poder Executivo retifique o cálculo dos proventos, fazendo com que não incida a gratificação adicional sobre o valor das etapas".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Deiro-o".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Concedo o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Deiro-o".

Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente, Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Elmiro Gonçalves Nogueira, José Maria de Vasconcelos Machado, Sebastião Santos de Santana. Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva.

ACÓRDÃO N. 3.147

(Processo n. 7.572)

Requerente — Dr. Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator — Ministro Augusto Belchior de Araújo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o exmo. sr. dr. Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito de registro, humal, para efeito de registro, o decreto n. 2.020, de 1-3-60, do exmo. sr. Governador do Estado, que reforma, "ex-offício", o soldado do Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Francisco Alves de Lima, nos termos da letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 10., do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30-12-49, percebendo nessa situação, os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00 setenta e dois mil duzentos e quarenta cruzeiros, tendo sido feita a remessa em ofício n. 113, de 15-3-60, recebido e protocolado a 16, so bo n. 155, as fls. 66 do Livro n. 2, como tudo dos autos consta.

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — Augusto Belchior de Araújo, Relator

— Lindolfo Marques de Mesquita — José Maria de Vasconcelos Machado — Sebastião Santos de Santana.

Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do sr. ministro Augusto Belchior de Araújo, Relator: —

RELATÓRIO: "Em ofício de 13 de março recém-findo, protocolado na Secretaria do T. C. a 10 do mesmo mês, as fls. 66, do Livro n. 2, o sr. dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a esta Veneranda Corte, para efeito de registro, nos termos da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro do ano corrente, o original e cópia do decreto n. 3.020, de 14 de março, em que o sr. Governador do Estado reformou, "ex-offício", o soldado da Polícia Militar, Francisco Alves de Lima, por proposta do sr. Coronel Comandante Geral daquela milícia, cujo teor é o seguinte:

Governo do Estado do Pará — Polícia Militar — Proposta n. 8, 2a. Seção — Belém, 13 de janeiro de 1960 — Do Coronel Comandante Geral, ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Assunto: Proposta de reforma (ma faz). Anexos: Uma (1) ata de inspeção de saúde e uma (1) relação de alteração. Proponho a V. Excia. a reforma "ex-offício" na mesma graduação do soldado do Batalhão de Polícia desta Polícia Militar, Francisco Alves de Lima, nas condições de letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 10., do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30-12-49, em virtude de haver sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial-militar, por sofrer de moléstia n. 42-A (Tuberculose pulmonar, forma ativa). 2 —

O militar em referência, é brasileiro, solteiro, natural deste Estado, incluído nesta Polícia Militar em 3 de junho de 1949, onde serve presentemente como adido até esta data. Conta quatro (4) anos, oito (8) meses, que se eleva para o tempo total de serviço de cinco (5) anos, de acordo com o art. 94, de dezembro de 1949. 3 —

da lei estadual n. 207, de 30 349 e 350, da citada lei o proposto deverá perceber como soldado reformado, os proventos mensais de Cr\$ 6.023,00 (seis mil e vinte cruzeiros) ou sejam Cr\$ 72.240,00 (setenta

e dois mil duzentos e quarenta cruzeiros) anuais. 4 —

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Excia. os meus protestos de elevada estima e distinguida consideração. — (a.) Coronel Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral.

Justificando os motivos, o citado Coronel Comandante, juntou o laudo médico da Junta de Inspeções de Saúde (fls. 6). Ouvindo os órgãos técnicos da administração estadual, e bem assim, o Consultor Jurídico do D.S.P., o exmo. sr. General Governador do Estado, baixou este decreto:

DECRETO N. 3.020 — DE 14 DE MARÇO DE 1960

Reforma, "ex-offício", o soldado do Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Francisco Alves de Lima.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 052-Of. — SIJ,

DECRETA:

Art. 10. Fica reformado, "ex-offício", o soldado do Batalhão de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Francisco Alves de Lima, nos termos da letra b), § 10., do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo, nessa situação, os proventos de seis mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 6.020,00) mensais, ou sejam, setenta e dois mil duzentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 72.240,00) anuais, mais hum mil trezentos e trinta e sete cruzeiros e vinte e cinco centavos (Cr\$ 1.337,25) mensais, ou sejam dezesseis mil quatrocentos e sete cruzeiros (Cr\$ 16.047,00) anuais, correspondentes a 10% de adicionais, perfazendo o total de quatorze mil setecentos e nove cruzeiros e setenta e cinco centavos (Cr\$ 14.709,75) mensais, ou sejam cento e setenta e seis mil quinhentos e dezessete cruzeiros (Cr\$ 176.517,00) anuais, entre proventos e adicionais.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de março de 1960.

(aa.) General Luiz Geolás de Moura Carvalho, Governador do Estado. — Pedro Augusto de Moura Palha, Secretário do Interior e Justiça.

Conferido tanto na forma, como no cálculo dos proventos, que são de Cr\$ 176.517,00, anuais, excusados no decreto governamental, a ilustrada Procuradoria pelo seu titular, Sub-Procurador dr Flávio Nunes Bezerra, opinou pela legalidade do ato.

E o Relatório.

VOTO: — "Faça-se o registro solicitado, na forma da Lei".

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Sr. Presidente, considero-me impedido de votar no presente julgamento".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Converto o julgamento em diligência, a fim de que o Chefe do Poder Executivo retifique o cálculo dos proventos, fazendo com que não incida a gratificação adicional sobre o valor das etapas".

Voto do sr. ministro José Maria de Vasconcelos Machado: — "Deiro-o".

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana: — "Concedo o registro".

Voto do sr. ministro Presidente: — "Deiro-o".

Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente, Augusto Belchior de Araújo, Relator.

Elmiro Gonçalves Nogueira, José Maria de Vasconcelos Machado, Sebastião Santos de Santana. Fui presente: — Lourenço do Vale Paiva.

ACÓRDÃO N. 3.148

(Processo n. 7.581)

Requerente: — Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu a este Tribunal, para efeito do competente registro, o expediente relativo a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado da Polícia Militar do Estado, por cuja Junta de Saúde foi considerado incapaz definitivamente para o serviço militar, consoante se verifica do respectivo laudo de fls. 6, datado ainda de 19 de março de 1958, por sofrer da moléstia codificada sob o n. 42-A, tuberculose pulmonar forma ativa.

Protocolado e autuado, converteu-se dito expediente no processo n. 7.581, ora em julgamento, de cujas fls. 5 consta a proposta n. 9.A60-2a. Seção de 25 de janeiro último, em que o Cel. Iran de Jesus Loureiro, Comandante Geral da P. M. E., ante a conclusão de tal laudo, providenciou, junto à Secretaria de Estado do Interior e Justiça, a reforma do militar incapacitado, que contava àquela data 4 anos 6 meses e 29 dias de serviço, elevados para 5 anos, "ex-vi" do art. 94, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, que dispõe sobre a situação jurídica da Polícia Militar do Estado.

O parecer de fls. 9, do ilustrado titular da Consultoria Jurídica do Departamento do Serviço Público, foi favorável à citada proposta, pela qual também se pronunciou o digno Secretário de Estado do Interior e Justiça,

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, enviou a este Colendo Tribunal, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma, "ex-offício", de Antenor dos Santos Castro, soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinado com a letra b) do § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 72.240,00, na conformidade dos arts. 349, letra b), e 350 da referida lei, feita a remessa do expediente através do ofício n. 133, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 171, à fls. 68, do livro n. 2:

Acordam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belem, 5 de abril de 1960. —

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente. — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATÓRIO: — "Com o ofício n. 133, de 23 de março transato, o Exmo. Sr. Dr. Pedro de Moura Palha



fls. 9-v, encaminhando o processo à superior consideração de S. Excia., o Sr. General Governador do Estado, que concretizou a reforma nos termos propostos, através do seguinte decreto:

"Governo do Estado do Pará.

Decreto n. 3.027 — de 23 de março de 1960.

Reforma "ex-officio", o soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, Antenor dos Santos Castro.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 082/60/OF.—SIJ.

#### DECRETA:

Art. 10. — Fica reformado, "ex-officio", o soldado do Pelotão de Polícia Montado, da Polícia Militar do Estado, Antenor dos Santos Castro, de acordo com a letra a), do art. 333, combinado com a letra b), § 10. do mesmo artigo, da Lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo nessa situação os proventos de seis mil e vinte cruzeiros (Cr\$ 6.020,00) mensais, ou sejam setenta e dois mil duzentos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 72.240,00) anuais, de conformidade com a letra b), do art. 349 e art. 350, da citada lei.

Art. 20. — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

(aa.) Moura Carvalho, Governador do Estado — Pedro de Moura Palha, Secretário do Interior e Justiça.

Milita, em prol do registro a manifestação de fls. 13, do douto Procurador. É o relatório.

#### VOTO

"FACE a regularidade do processo, legalidade da reforma e exatidão dos respectivos proventos, defiro o registro solicitado".

Voto do Sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Com apoio no que expôs o Exmo. Sr. Ministro Relator, defiro o registro".

Voto do Sr. Ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo com S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3.149 (Processo n. 7.582)

Requerente: — Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

Relator: — Ministro José Maria de Vasconcelos Machado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o Sr. Dr. Pedro de Moura Palha, Secretário de Estado do Interior e Justiça, remeteu à esta Colendo Corte, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da Lei n. 1.846, de 12 de fevereiro de 1960, a reforma "ex-officio", de Pedro Vieira de Belém, soldado Tambor-Corneteiro de 1.ª Classe, da Companhia de Guardas de Polícia, da Polícia Militar do Estado, decretada em 23 de março recém-findo, de acordo com a letra a) do art. 333, combinada com a letra b), do § 10. do mesmo artigo, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, com os proventos anuais de Cr\$ 74.640,00 (setenta e quatro mil seiscientos e quarenta cruzeiros), na conformidade dos artigos 349, letra b), e 350 da citada lei n. 207, feito a remessa do expediente através do ofício n. 135, de igual data do decreto, quando foi protocolado sob o n. 172, a fls. 68, do Livro n. 2:

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, conceder o registro solicitado.

Belém, 5 de abril de 1960.

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

Voto do Sr. Ministro José Maria de Vasconcelos Machado, Relator: RELATORIO: — "Em julgamento a reforma "ex-officio", de Pedro Vieira de Belém, soldado Tambor-Corneteiro de 1.ª Classe, da Companhia de Guardas, da Polícia Militar do Estado, considerado incapaz definitivamente para o serviço militar desde de 25 de janeiro de 1957, conforme assevera o laudo médico de fls. 6, da Junta Militar do Saúde, da citada Corporação, que atestou ser ele portador da moléstia codificada sob o n. 348 — esquizofrenia.

Encaminhado à esta Corte de Contas, para julgamento e consequente registro, nos termos da Constituição Política do Estado e da lei n. 1.846, de 12 de fevereiro último, com o ofício n. 135, de 23 de março recém-findo, da Secretaria de Estado do Interior e Justiça, foi o respectivo expediente na mesma data recebido e protocolado, convertendo-se no presente processo, de que consta a fls. 5, e ofício n. 10.460-2a. Secção, em que o Comandante Geral da P. M. E. propôs à S. E. I. J. a reforma do militar inválido, cujo tempo de serviço é de 9 anos, 2 meses e 5 dias.

Na transmissão legal, mereceu dita proposta a unânime anuência dos competentes órgãos técnicos e administrativos, convertendo-se afim, a reforma, através do seguinte decreto:

"Governo do Estado do Pará.

Decreto n. 3.028 — de 23 de março de 1960.

Reforma, "ex-officio", o

soldado Tambor-Corneteiro de 1.ª Classe da Guardas de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Pedro Vieira de Belém.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista o que consta do Processo n. 083/60/CF.—SIJ.,

#### DECRETA:

Art. 10. — Fica reformado, "ex-officio", o soldado Tambor-Corneteiro de 1.ª classe da Companhia de Guardas de Polícia, da Polícia Militar do Estado, Pedro Vieira de Belém, de acordo com a letra a), do art. 333, combinado com a letra b) § 10., do mesmo artigo, da lei n. 207, de 30 de dezembro de 1949, percebendo nessa situação, os proventos de sessenta e duzentos e vinte cruzeiros (Cr\$ 6.220,00) mensais, ou sejam setenta e quatro mil seiscientos e quarenta cruzeiros (Cr\$ 74.640,00) anuais, de conformidade com a letra b), do art. 349 e art. 350, da citada lei.

Art. 20. — Revogam-se as disposições em contrário. Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de março de 1960.

(aa.) General Luiz Geolás de Moura Carvalho, Governador do Estado — Pedro de Moura Palha, Secretário do Interior e Justiça.

Com o parecer favorável da Procuradoria, é o relatório.

#### VOTO

"Regular, pois, o processo, conquanto por demais tardio — "Praestat sero quan nunquam", legal a reforma em julgamento e exatos os proventos que lhe foram atribuídos, concedo os registros solicitados".

Voto do Sr. Ministro Augusto Belchior de Araújo: — "Acompanho S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Com apoio no que expôs o Exmo. Sr. Ministro Relator, defiro o registro".

Voto do Sr. Ministro Sebastião Santos de Santana: — "De acordo com S. Excia."

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "Concedo o registro".

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente — José Maria de Vasconcelos Machado, Relator — Augusto Belchior de Araújo — Lindolfo Marques de Mesquita — Elmiro Gonçalves Nogueira — Sebastião Santos de Santana. Fui presente, Lourenço do Vale Paiva, Procurador.

ACÓRDÃO N. 3.150 (Processo n. 7585)

Requerente: — Sr. Hermenegildo do Pena de Carvalho, Diretor Geral do Departamento do Serviço Público.

Relator: — Ministro Sebastião Santos de Santana.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que o sr. Hermenegildo Pena de Carvalho, diretor Geral do Departamento do Serviço Público, enviou a este Tribunal, nos termos da lei, para registro, os contratos celebrados entre o Governo do Estado e Ana Maria Pinto Moutinho e Terezinha de Jesus Alves de Queiroz, ambas para prestarem serviços como escriturário, da Secretaria de Estado de Segurança Pública, com vigência até 31 de dezembro de 1960 e salário mensal de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) mensais, como tudo dos autos consta:

Acórdam os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, deferir os dois registros solicitados.

Belém, 5 de abril de 1960.

(aa.) Mário Nepomuceno de Souza, Ministro Presidente; Sebastião Santos de Santana, Relator; Augusto Belchior de Araújo; Lindolfo Marques de Mesquita; Elmiro Gonçalves Nogueira; José Maria de Vasconcelos Machado.

Fui presente — Lourenço do Vale Paiva — Procurador.

Voto do sr. ministro Sebastião Santos de Santana — Relator —

Relatório: — "Em ofício n. 309,

de 25.3.60 o senhor Hermenegildo

Pena de Carvalho, Diretor Geral

do Departamento do Serviço Público,

remete para registro neste

Colendo Tribunal, os contratos

celebrados entre o Governo do

Estado e as senhoras Ana Maria

Pinto Moutinho e Terezinha de

Jesus Alves de Queiroz, ambas

para exercerem a função de Es-

criturária, na Secretaria de Es-

tado de Segurança Pública.

As fls. 23 informam que na

verba "Secretaria Estadual de

Segurança Pública" consignação

"Gabinete do Secretário" tabela

n. 32 "sub-consignação" Pessoal

Variável item contratados, há a

importância de Cr\$ 600.000,00.

Valor de um contrato registrado

neste Tribunal conforme proces-

so 7.543, foi de Cr\$ 57.600,00. Va-

lor de dois contratos a serem re-

gistrados neste Tribunal, confor-

me fls. dos autos é de

Cr\$ 100.333,40. Valor dos três

contratos a serem registrados

Cr\$ 157.933,40.

O processo está regularmente

instruído e os contratos por ins-

trumento particular, estão reves-

tidos das formalidades legais. Os

órgãos técnicos desta Egrégia

Côrte, são de parecer favorável.

A ilustrada Procuradoria em pa-

recer de fls. é favorável aos dois

registros.

É o relatório.

#### VOTO

Concedo os registros solicitados.

Voto do sr. ministro Augusto

Belchior de Araújo: "De acordo

com o sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Lindolfo

Marques de Mesquita: "De acôr-

do com S. Excia."

Voto do sr. ministro Elmiro

Gonçalves Nogueira: "Com apóio

no que expôs o exmo. sr. minis-

tro relator e nos esclarecimentos

do exmo. sr. dr. Procurador, con-

cedo os registros".

Voto do sr. ministro José Maria

de Vasconcelos Machado: "Defi-

ro-os".

Voto do sr. ministro Presidente:

"Concedo os registros".

Mário Nepomuceno de Souza

Ministro Presidente

Sebastião Santos de Santana

Relator

Augusto Belchior de Araújo

Lindolfo Marques de Mesquita.

Elmiro Gonçalves Nogueira

José Maria de Vasconcelos

Machado

Fui presente

Lourenço do Vale Paiva